



GERAÇÃO DOS MAUS: UM RETRATO ANTIGO QUE PERDURA NA REALIDADE POTIGUAR

José Nilton Moreira Júnior

Bacharelado em Direito pela UFRN (7º período).

1 REFERÊNCIA DA OBRA ANALISADA

DUTRA, José Humberto. **Geração dos Maus**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

2 APRESENTAÇÃO DO AUTOR DA OBRA

Antes de tecer comentários sobre o objeto que será analisado, é importante detalhar informações sobre o principal responsável pela obra literária em questão, José Humberto Dutra. O autor do romance possuía apenas dezessete anos em 1964, ano de publicação do livro, e reproduziu, portanto, a realidade do cenário natalense sob a perspectiva de um jovem integrante de uma pequena burguesia local. Assim, apesar da imaturidade, Dutra conseguiu tornar o romance verossímil e impactou os leitores natalenses que estavam acostumados com textos mais tradicionais e amenos.

Desta forma, por mais que o relato biográfico trabalhado na obra não tenha sido verdadeiramente vivenciado pelo autor, ocorreram censuras pelo rompimento do limite da moralidade existente na “cidade de tédio”¹ ao expor a vivência da juventude transviada². Por outro lado, a fuga do tradicional foi aclamada por alguns artistas, como Newton Navarro, e proporcionou uma evolução na cena literária da cidade provinciana.

Neste sentido, a presente discussão irá abarcar o cenário desenhado pelo autor, desde as características da sociedade em que ele estava inserido até os detalhes sobre a seara criminal que também são descritos na obra. Pretende-se, portanto, utilizar o livro como fonte histórica

¹ Forma como o autor descreve a cidade de Natal/RN na época do romance.

² Terminologia característica da época e utilizada para descrever jovens que se desviaram dos costumes tradicionais.

| Revista Transgressões: ciências criminais em debate, v. 9, n. 1, agosto de 2021
para que a realidade atual seja compreendida como consequência do passado relatado.

3 PERSPECTIVA TEÓRICA DA OBRA

Diante da jovialidade do autor, é interessante enxergar a obra em questão como um ponto fora da curva do cenário natalense, tendo em vista que é possível constatar que o romance não pertence às escolas literárias da época (MELQUÍADES, 2004 *apud* DUTRA, 2004). Na verdade, com intuito de escandalizar a cidade, Dutra escreveu um livro independente, caracterizado por seu pedantismo literário.

Assim, conforme o jornalista Franklin Jorge (2002 *apud* DUTRA, 2004), a obra caminha entre os romances de costume e de vanguarda, com traços realistas que fizeram do livro um marco fundador da modernidade potiguar. Conforme documentário Transviado (2012), tais traços realistas também permitiram uma aproximação entre o que era relatado na obra e o que é a vida real das pessoas, tendo em vista a verossimilhança alcançada na escrita de Dutra. Em relatos sobre a obra, o próprio autor confia que o texto é composto por suas experiências, opiniões, desejos do que queria ser e até mesmo do que não foi (TRANSVIADO, 2012, 16 min).

Por fim, outro relato jornalístico que tratou sobre a obra foi o de Ramon Ribeiro (2019, online), repórter da Tribuna do Norte, que descreveu o texto como despojado e ágil, associando tais características à vitalidade jovial. Assim, ao tratar o livro como uma novela significativa no cenário potiguar, o jornalista ratificou a ideia de que o trabalho de Dutra foi um marco importante na linha temporal.

4 BREVE RESUMO DA OBRA

A obra abarca um relato biográfico do jovem Carlos, natalense da década de sessenta, filho de um pai conservador e de uma mãe benevolente. A discrepância entre os genitores fez com que ele se distanciasse da figura paterna, que era responsável por impor limites de forma rígida, e se aproximasse da figura materna, cujo papel era sempre de acalantar o filho e compreender seus anseios.

Com o passar da idade, Carlos se aproximou de novos amigos e passou a desrespeitar os limites impostos no antro familiar. Ao adentrar na vivência da juventude transviada, o jovem passou a cometer pequenos delitos, como roubos de carro e uso de drogas. Tais atos foram sempre atenuados pelo tratamento materno, até mesmo em casos em que a prisão chegou a acontecer.

A situação mudou, porém, quando a mãe do jovem faleceu. Após dias de luto, Carlos já não encontrava mais a compreensão materna para seus atos errôneos e passou a ocupar a mente com relações efêmeras envolvendo inúmeras mulheres. Assumindo, portanto, o estereótipo de transviado característico da época, o jovem passou a não se preocupar com o julgamento da sociedade para com seus atos.

Entretanto, em uma tentativa de voltar aos eixos da moralidade durante um relacionamento com uma mulher chamada Luísa, Carlos foi vítima dos próprios amigos. Um grupo de homens encontrou o casal em um local ermo e praticaram atos de violência sexual contra a mulher, enquanto Carlos era controlado para que não esboçasse reação. Posteriormente, a companheira passou a desconfiar de que Carlos havia planejado todo aquele cenário em que o crime ocorreu e todos os envolvidos foram intimados para prestar depoimentos.

Por sua vez, o delegado, que já tinha problemas pessoais anteriores com Carlos, foi responsável por confundir a mente do jovem com inúmeros questionamentos e fez com que ele sequer tivesse capacidade de dizer a verdade sobre o cometimento do delito. Após os depoimentos, o caso foi estampado nos jornais da época e o jovem passou a ser enquadrado como um planejador frio.

Por vingança de problemas pessoais anteriores, o delegado manipulou o depoimento de Luísa, assim como dos demais homens ouvidos, fazendo com que a autoria do delito recaísse exclusivamente sobre Carlos. A história finaliza, então, com a sociedade clamando por vingança, afinal, o estímulo dos jornais provocou a desumanização daquele jovem enquadrado como criminoso.

5 PRINCIPAIS TESES DESENVOLVIDAS E REFLEXÕES CRÍTICAS

Torna-se possível compreender que Carlos é um personagem complexo por sofrer influência de inúmeros fatores no seu processo de formação. Dentre estes, destaca-se,

inicialmente, a imposição de limites de forma exagerada por parte do pai, responsável por criar um sentimento de frustração no adolescente, que não tinha a mesma liberdade dos demais que circulavam pelas ruas.

Na verdade, as barreiras impostas despertaram a curiosidade na mente imatura e fizeram com que ele se aproximasse de uma realidade mais marginalizada. Neste momento, os familiares deixaram de ser os únicos a influenciar o comportamento do rapaz. Conseqüentemente, para além da questão dos genitores, torna-se interessante pontuar como a sociedade fez parte deste processo de mudança do personagem.

5.1 A influência da sociedade no cometimento de crimes e o processo de etiquetamento social

Dentre as páginas iniciais do romance de Dutra, já é possível notar como a sociedade enxergava aqueles jovens desviados, afinal, a expressão “mocidade perdida” já denotava o desprezo com a juventude da época. Ao desrespeitar os limites, os adolescentes recebiam o rótulo de transviados, mas não demonstravam incômodo com o estereótipo.

A ausência de estranhamento por parte dos jovens ao rótulo recebido pode ser analisada como consequência de dois fatores, quais sejam, a imaturidade que provocava rebeldia ao receber limites rígidos e, por outro lado, o efeito natural proveniente da forma como a sociedade os tratava. Afinal, sob a perspectiva de um indivíduo em formação, ser enquadrado como transviado poderia ser um motivo de respeito, conforme pode ser observado no seguinte trecho da obra:

Como gostaria de ser como eles. Nêgo também tem dezesseis anos e anda com eles. Passou há pouco tempo e falou comigo. Senti-me algo. Ele falou comigo. Ia com os transviados. Agora, todos os que viram aquela cena vão me respeitar (DUTRA, 2004, p. 25).

Esta situação tornou-se mais evidente no momento da primeira prisão de Carlos, em que ele sequer se importou com o desprezo exercido por parte da figura policial. Ao aceitar o perfil imposto, o personagem Carlos vivenciou o processo de rotulação de pessoas, detalhado por Zaffaroni, conforme citação abaixo:

[...] cada um de nós se torna aquilo que os outros veem em nós e, de acordo com esta mecânica, a prisão cumpre uma função reprodutora: a pessoa rotulada como delinquente assume, finalmente, o papel que lhe é consignado, comportando-se de

Com o arquétipo traçado, Carlos não recebeu apoio da sociedade para evitar o novo cometimento de delitos. Na verdade, a aplicação do estereótipo provocou uma exclusão social do jovem, fazendo com que amigos e familiares se afastassem. Conforme Lemert (2012) na Teoria do Etiquetamento Social, é natural que uma pessoa que receba um rótulo de desviante assuma tal postura como forma de se ajustar aos problemas criados por sua rotulação. Ou seja, diante dos fatores que influenciavam a mente imatura, o comportamento do jovem se torna compreensível.

Neste sentido, com olhares específicos para uma situação descrita na obra, é possível constatar que o simples fato de ser acusado do cometimento de um crime repercute fortemente na vida de um indivíduo, conforme preconiza Carnelutti (2009), tendo em vista que o fato de ser tratado como um desviado ou criminoso pela sociedade dificulta qualquer processo de mudança interna.

Além disso, torna-se importante ressaltar o papel midiático neste processo de rotulação, uma vez que, na obra de Dutra, as matérias dos jornais da época também foram responsáveis por punir Carlos pelos atos praticados. Com o intuito de desenhar um arquétipo de criminoso por cima da figura do jovem, a mídia foi responsável por caracterizar o infrator como um planejador frio, despertando o anseio popular por punição. Assim, com o reforço midiático, Carlos tornou-se vítima de um estereótipo que não poderia fugir e a vingança da sociedade viria por meio de um processo criminal repressivo, que não respeitava os ideais de dignidade humana, preconizados por Walter Nunes abaixo:

Na noção de Estado democrático que se organiza tendo em conta a consagração dos direitos fundamentais, o processo criminal não é utilizado como arma repressiva, mas sim como instrumento que dá respaldo à dignidade humana, a despeito do delito praticado ou de o agente ser, ou não, considerado culpado (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 198).

Todo este processo de influência de inúmeros fatores sobre o jovem também é ratificado quando ele decide sair da cidade. Em um trecho da obra, Dutra escreve sobre um período em que Carlos viaja ao Rio de Janeiro e passa alguns dias longe daqueles vetores que o conduziam à marginalidade. Nota-se que, em tal período, não ocorreu cometimento de crimes, afinal, a conduta delituosa do jovem era reflexo do meio em que estava inserido.

Desta forma, com intuito de adentrar em outra variável que influenciou o comportamento do rapaz, torna-se essencial analisar as participações da polícia na obra literária

de Dutra.

5.2 A repressão policial sob a perspectiva de um jovem transviado

Como a obra analisada parte de um relato biográfico, é interessante observar a forma como a polícia foi descrita pelo personagem principal para que possa ser compreendida a visão dele sobre aquela figura estatal. Desta forma, destaca-se:

Ouvia uma sirene. O jipe da Inspeção de Trânsito vinha atrás de mim. Não metia medo. Um jipe velho cheio de guardas. Cansados. Corri. A motocicleta começou a falhar. Miséria. Parou. Demoraram uns dois minutos para chegar até onde eu estava. [...] Ninguém discute com uma máquina de fazer defuntos. Levaram minha motocicleta. (DUTRA, 2004, p. 98).

Torna-se interessante pontuar que esta forma de enxergar a polícia no discurso do personagem revela muito sobre o período em que a obra foi escrita, tendo em vista que a ditadura militar iniciou no mesmo ano de publicação do livro. Assim, analisar uma obra da época de repressão e constatar que a atuação da força estatal já era enxergada como uma máquina de fazer defuntos permite compreender que os transtornos atuais envolvendo a polícia são, na verdade, consequências de um passado problemático.

Não se pretende enxergar, porém, a ditadura como marco inicial para a violência policial, tendo em vista que tal período se mostrou como intensificador de algo que já era existente, como pode ser constatado em trecho do estudo “Violência policial, legados da ditadura e risco para instituições democráticas” do Centro de Estudos Sobre Justiça de Transição que segue exposto abaixo:

A ditadura civil-militar brasileira foi marcada por graves violações a direitos humanos e, apesar de não ser o nascedouro da violência policial, intensificou a prática. Estudos demonstram como o período institucionalizou a tortura, estabeleceu estruturas e modelos de comportamento reproduzidos até hoje pela força policial. (SILVEIRA; TORMIN; CARVALHO, 2019, online).

Neste íterim, vê-se a importância de detalhar a extensão dos efeitos deste conflito existente entre o jovem marginalizado e a polícia com intuito de compreender até que ponto a problemática da corporação estatal pode afetar a vida de um acusado.

5.3 As problemáticas processuais evidenciadas na obra

Para que seja possível compreender a extensão dos efeitos da atuação policial, faz-se necessário destacar, primeiramente, quais são os momentos em que a força repressiva estatal adentra na obra de Dutra. Para além da situação que já foi detalhada em momento anterior, a polícia também se faz presente na figura do delegado que interrogou o jovem Carlos e fez com que ele confessasse um crime que não havia cometido. A manipulação dos depoimentos caracterizou uma situação que, em teoria, não deveria ocorrer, como expõe Renato Brasileiro de Lima:

O Estado não pode punir de qualquer maneira. Com efeito, considerando-se que, da aplicação do Direito Penal pode resultar a privação da liberdade de locomoção do agente, entre outras penas, não se pode descuidar do necessário e indispensável respeito a direitos e liberdades individuais que tão caro custaram para serem reconhecidos e que, em verdade, condicionam a legitimidade da atuação do próprio aparato estatal em um Estado Democrático de Direito. (LIMA, 2011, p. 2).

Ao detalhar a situação vivenciada pelo jovem Carlos, Dutra acabou por relatar o desrespeito que persegue inúmeros brasileiros durante as fases preliminares de um processo penal, tendo em vista que, infelizmente, condutas equivocadas do Estado, como a do delegado em manipular depoimentos e testemunhas, tornaram-se comuns fora das obras de ficção. É importante frisar, neste sentido, que a etapa preliminar de um processo penal também é protegida pelas garantias constitucionais, como descreve Gabriel de Souza:

A força normativa da constituição e sua matriz principiológica devem informar e penetrar a persecução penal, e não somente o processo penal, como se a investigação preliminar fosse um terreno alheio às garantias. Toda a persecução penal deve convergir para o atual modelo de Estado Democrático de Direito, zelando pela concretização e maximização dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, buscando a limitação do poder do Estado. (SOUZA, 2016, p. 80).

Desta forma, no caso detalhado na obra, a conduta correta esperada para um delegado seria o cumprimento da fase preliminar de forma lícita, ou seja, averiguação de autoria e circunstâncias de um fato aparentemente delituoso, com o fim de justificar o exercício da ação penal ou o arquivamento (LOPES JR; GLOECKNER, 2014, p. 92).

Torna-se perceptível, então, que o desrespeito vivido por Carlos no romance de Dutra deixa de ser somente um tratamento social diferenciado e passa a ser uma distinção do próprio Estado para com o indivíduo transviado. Ao fugir dos limites da moralidade, o jovem parece perder seus direitos e se tornar alvo de ações repressivas de forma legitimada. A problemática processual passa a ser, portanto, reflexo dos preconceitos já vivenciados pelo rapaz.

5.4 A perpetuação da obra

Diante do que foi exposto, torna-se interessante pontuar que a problemática se perpetua. Afinal, é o que se depreende da afirmação do escritor Pablo Capistrano exposta no documentário *Transviado* (2011, 22min55s), responsável por preconizar que nós somos a geração dos maus, ou seja, a sociedade potiguar atual é fruto daqueles jovens descritos no romance.

Neste sentido, analisar a obra de Dutra é olhar para um passado não muito distante do cenário potiguar. Partindo desta lógica, enxergar traços daquela época que permanecem na realidade atual torna-se tarefa fácil, tendo em vista que poucas coisas mudaram, como afirma Abimael Silva, proprietário do Sebo Vermelho (*TRANSVIADO*, 2011, 22min38s).

Desta forma, torna-se importante reforçar o quanto é preocupante a perpetuação de algumas problemáticas, como o desrespeito policial com a juventude que acaba por surtir efeitos na condução dos processos penais. A preocupação aumenta quando se constata que a primeira edição da obra foi publicada há mais de cinquenta anos e as semelhanças com o cenário atual evidenciam a ausência de melhorias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que o romance serve como fonte de estudo, auxiliando o leitor natalense a entender as raízes históricas, por exemplo, das motocicletas que circulam em altas velocidades pela cidade e dos desrespeitos policiais que ainda assolam o jovem potiguar. Assim, a obra de Dutra, apesar de não ser uma história real, permitiu compreender a construção de um cenário caótico.

Diante das semelhanças entre a realidade atual e o cenário descrito, torna-se possível deduzir a necessidade de melhorias. Afinal, a juventude potiguar não deve permanecer desassistida ou refém da violência policial que se perpetua no curso de um processo penal. Neste sentido, direitos precisam ser respeitados e garantidos para evitar que um jovem se torne marginalizado e venha a sofrer com a exclusão social vivenciada pelo personagem Carlos na obra analisada.

REFERÊNCIAS

CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Processo Penal**. São Paulo: Editora Pillares, 2009.

DUTRA, José Humberto. **Geração dos Maus**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

LEMERT, Edwin. **Social Pathology: A Systematic Approach to the Theory of Sociopathic Behavior**. [s. l.]: Barakaldo Books, 2012.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. 1. Niterói, RJ: IMPETUS, 2011.

LOPES JR., Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação Preliminar no Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Ramon. **Natal 420 anos: A Natal Dos romances potiguares**. Tribuna do Norte, Natal, 21 dez. 2019. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-420-anos-a-natal-dos-romances-potiguares/467859>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal**. 2. ed. Natal: OWL, 2015.

SILVEIRA, Jéssica; TORMIN, Mariana; CARVALHO, Nathalia. **Violência policial, legados da ditadura e risco para instituições democráticas**. Minas Gerais, jun 2019. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/2019/06/05/violencia-policial-legados-da-ditadura-e-risco-para-instituicoes-democraticas/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SOUZA, Gabriel Lucas Moura de. **As nulidades do processo penal a partir da sua instrumentalidade constitucional: (re)análise dos princípios informadores**. 2016. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://www.owl.etc.br/post/monografia-gabriel-lucas-moura-de-souza>. Acesso em: 26 fev. 2021.

TRANSVIADO. Direção: Alexis Peixoto; Débora Ramos. Roteiro: Alexis Peixoto; Débora Ramos. Brasil. 2012. (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oUOsNcLEplU>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.